

Sumário

Número de notícias: 9 | Número de veículos: 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA/INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo oficializa mínimo de R\$ 1.302 a partir de janeiro 2

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do INSS para aposentados e pensionistas vai subir para R\$ 7.613,50 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS iniciará pagamento de benefícios com reajuste anual em 25 de janeiro 4

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Pessoas com autismo possuem direito a benefício no valor de um salário-mínimo 5

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º salário: quando cai a 2ª parcela e como calcular o valor a receber? 6

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária que cobre mais dos ricos é o grande desafio de Haddad 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após reação do mercado, Haddad diz que montará "equipe plural" 8

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Combustíveis: Bolsonaro estuda canetada para estender desoneração 10

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economia: a inflação no Brasil e no mundo (Artigo) 11

Governo oficializa mínimo de R\$ 1.302 a partir de janeiro

Idiana Tomazelli

A três semanas do fim de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou ontem medida provisória (MP) para elevar o salário mínimo a R\$ 1.302 a partir de 1º de janeiro de 2023. A ampliação do piso nacional representa reajuste de 7,4% em relação aos atuais R\$ 1.212. O valor já estava previsto na proposta de Orçamento enviada em agosto ao Congresso Nacional. Na época da apresentação da proposta, o percentual de 7,4% representava a inflação esperada para este ano - ou seja, Bolsonaro não previu inicialmente nenhum ganho real para o salário mínimo.

De lá pra cá, no entanto, os preços desaceleraram. Segundo o governo, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deve encerrar o ano em 5,81%, e o ganho real ficaria então "em torno de 1,5%". Será o primeiro reajuste acima da inflação desde 2019. O valor mínimo pela jornada diária ficará em R\$ 43,40 com o reajuste. Já o piso da hora trabalhada passará para R\$ 5,92. A MP foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União no dia da diplomação do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após vencer Bolsonaro nas urnas.

Técnicos ouvidos pela reportagem afirmam que o atual chefe do Executivo está "antecipando" algumas medidas. No ano passado, a MP com o salário mínimo de 2022 foi publicada em 31 de dezembro. Na última transição de governo, o então presidente Michel Temer (MDB) deixou para Bolsonaro assinar, como um de seus primeiros atos na Presidência, o decreto que elevava o salário mínimo. Na época, ainda estava em vigor a política aprovada no governo Dilma Rousseff (PT), que concedia reajuste pela inflação mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

A equipe de Lula quer retomar uma política de valorização do salário mínimo e, por isso, tem falado em um valor até maior, de R\$ 1.320 a partir do ano que vem. Caso isso se mantenha, Lula precisaria editar uma nova MP no início de seu mandato para ajustar o valor. Uma verba adicional de R\$ 6,8 bilhões deve ser reservada no Orçamento de 2023, a partir do espaço extra aberto pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, para contemplar esse novo aumento do piso nacional almejado por

Lula.

O valor do salário mínimo foi um ponto de disputa entre os dois durante a campanha. A equipe de Lula disparou críticas contra o atual presidente, que só concedeu ganho real ao salário mínimo em seu primeiro ano de mandato, 2019, por força da regra aprovada no governo Dilma. A campanha petista também incluiu em seu rol de promessas a retomada da política de valorização do salário mínimo.

Já o time de Bolsonaro se viu pressionado após a Folha revelar os planos do ministro da Economia, Paulo Guedes, para flexibilizar a correção do salário mínimo e permitir que seu reajuste ficasse abaixo da inflação.

Guedes inicialmente admitiu os planos de descarimbar e desindexar o Orçamento, obtendo maior liberdade na gestão das despesas, mas alegou que isso buscava garantir aumentos reais ao salário mínimo - embora hoje não haja impedimentos legais para se concederem aumentos acima da inflação (apenas a limitação orçamentária).

Ontem, o próprio governo Bolsonaro alardeou a concessão de um aumento real do salário mínimo sem que tenha havido desindexação do Orçamento. Após a repercussão negativa dos planos de Guedes, o atual presidente chegou a prometer um salário mínimo de R\$ 1.400 no último debate presidencial, promovido pela TV Globo.

APOSENTADORIAS E PENSÕES

Os benefícios com reajuste anual começam a ser pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entre 25 de janeiro e 7 de fevereiro, conforme calendário de pagamentos do órgão divulgado na última quinta-feira, válido para 37 milhões de beneficiários do órgão no país. Aposentadorias, pensões e auxílios equivalentes ao salário mínimo serão pagos já com o valor do novo piso nacional de R\$ 1.302. Os segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro com o reajuste da inflação acumulada em 2022.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/12/2022/p1>

Teto do INSS para aposentados e pensionistas vai subir para R\$ 7.613,50

Economia

/ Do R7

O anuncio de que o salário mínimo terá um reajuste de 7,43%, valor 1,5% acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) , vai impactar também nos ganhos de aposentados e pensionistas. A determinação vai elevar o teto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) a R\$ 7.613,50 a partir de janeiro .

Com o aumento estabelecido, o salário mínimo subirá dos atuais R\$ 1.212 para R\$ 1.302 em 2023 . A previsão foi confirmada nesta segunda-feira (12) por uma medida provisória editada pela Presidência da República.

Já o teto do **INSS** - valor máximo que o trabalhador pode receber de aposentadoria - saltará dos atuais R\$ 7.087,22 para R\$ 7.613,50 (alta de R\$ 526,28) . Para aqueles que recebem remuneração mensal de um salário mínimo e meio (R\$ 1.818), o novo salário subirá R\$ 135, para R\$ 1.953.

A correção anunciada para o salário mínimo considera uma variação estimada de 5,81% para o INPC no período de janeiro a dezembro de 2022 , acrescida de um ganho real de 1,55%. "O valor é aplicável a todos os trabalhadores, do setor público e privado, como também para as aposentadorias e pensões", diz o texto publicado no Diário Oficial.

Ao conceder um reajuste do salário mínimo acima da variação do índice de preços, o governo federal gastará mais. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o piso da remuneração recebida em território nacional.

Cálculos mostram que cada real no salário mínimo implica despesa extra superior a R\$ 350 milhões nos cofres públicos. Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) , o salário mínimo é a base da remuneração de 50 milhões de trabalhadores e beneficiários do **INSS**.

A pedido do R7 , o advogado Giovanni Magalhães, especialista em cálculos previdenciários da ABLCalc, fez algumas simulações de como ficarão os benefícios do **INSS** considerando o reajuste de 7,43%.

Valor em 2022 Valor em 2023

R\$ 1.212,00 R\$1.302,00

Valor em 2022 Valor em 2023

R\$ 1.300,00 R\$ 1.396,53

R\$ 2.000,00 R\$ 2.148,51

R\$ 3.000,00 R\$ 3.222,77

R\$ 4.000,00 R\$ 4.287,02

R\$ 5.000,00 R\$ 5.371,28

R\$ 6.000,00 R\$ 6.445,53

Valor em 2022 Valor em 2023

R\$ 7.087,22 R\$ 7.613,50

Site: <http://noticias.r7.com/economia/teto-do-inss-para-aposentados-e-pensionistas-vai-subir-para-r-761350-13122022>

INSS iniciará pagamento de benefícios com reajuste anual em 25 de janeiro

São Paulo - O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) fará o primeiro pagamento de benefícios com reajuste anual em 2023 entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro. As datas foram definidas no novo calendário de pagamentos para 2023 divulgado na última quinta-feira (8), que vale para 37 milhões de beneficiários do órgão no País.

Aposentadorias, pensões e auxílios equivalentes ao salário mínimo serão pagos já com o valor do novo piso nacional entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro, informou o **INSS**. Os segurados com renda mensal acima do piso nacional terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro com o reajuste da **inflação** acumulada em 2022.

Os dias exatos do primeiro depósito com reajuste anual, referente à competência de janeiro, variam conforme o final do benefício, sem o dígito que aparece depois do traço.

O segurado deve verificar o número do benefício (NB), que tem dez dígitos e aparece no seguinte formato: 999.999.999-9. É preciso considerar o penúltimo algarismo.

Segundo o **INSS**, para aqueles que recebem seu benefício há algum tempo, vale a data habitual.

Para beneficiários que recebem mais do que o salário mínimo (R\$ 1.212, em 2022), o governo aplica o reajuste da **inflação** registrada no ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para corrigir benefícios previdenciários e salários.

O índice final de reajuste que será aplicado para esses beneficiários sairá no dia 10 de janeiro de 2023, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado da **inflação** acumulada de janeiro a dezembro de 2022.

O INPC, que mede a **inflação** das famílias com renda entre um e cinco salários mínimos, acumula alta de 5,21% de janeiro a novembro deste ano. O resultado da **inflação** acumulada até novembro de 2022 foi divulgado na última sexta-feira (9).

O governo federal estimou um reajuste de 6% nas aposentadorias do **INSS** acima do piso na última

previsão para a **inflação** de 2022 divulgada no dia 17, no Boletim Macroeconômico de novembro.

O índice é menor do que os 6,54% previstos na projeção de setembro. Se considerada a previsão de 6%, o teto do **INSS**, que é o valor máximo pago em aposentadorias, chegaria a R\$ 7.512,45 em 2023.

Contribuições - O índice de reajuste anual também altera a tabela de contribuições à Previdência usada para definir o valor dos descontos nos salários dos trabalhadores.

Já para benefícios iguais ao salário mínimo, será aplicado o valor definido pelo governo federal para o piso nacional em 2023. Aposentadorias, pensões, auxílios-doença e Benefício de Prestação Continuada (BPC) não podem ser menores que o salário mínimo.

O valor do piso nacional válido em 2022 foi definido no dia 31 de dezembro de 2021, por meio de medida provisória (MP), sem reajuste acima da **inflação**.

Considerando uma projeção de 6% para a **inflação**, mais um aumento real de 1,3% ou 1,4%, conforme já havia previsto a equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, o salário mínimo foi definido em R\$ 1.302.

Em 2023, há intenção de a política de valorização do salário mínimo voltar a valer, como ocorreu entre os anos de 2006 e 2019. A regra anterior levava em consideração a **inflação** mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes. Agora, uma proposta é fazer uma média do **PIB** dos últimos cinco anos.

Nas diretrizes econômicas apresentadas no plano de governo de Lula no primeiro turno, o aumento real do mínimo constava como um dos principais pontos, o que foi reafirmado na "Carta para o Amanhã".

O reajuste acima da **inflação** foi implantado por Lula e transformado em lei por Dilma Rousseff, com validade somente até 2019. O governo de Jair Bolsonaro acabou com a valorização. (Luciana Lazarini/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-13-12-2022/>

Pessoas com autismo possuem direito a benefício no valor de um salário-mínimo

As dúvidas são muitas, mas com um pouco de pesquisa tudo se esclarece rapidinho. O BPC/LOAS, benefício assistencial pago pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) a pessoas com deficiência ou idosos de baixa renda também pode ser requerido para pessoas com o transtorno do espectro autista.

O benefício dá direito a um salário-mínimo (R\$ 1.212,00 no valor atual) por mês e não há restrição de uso, ainda que a intenção seja melhorar a qualidade de vida do portador do espectro.

De acordo com a advogada Tatiana Sampaio, especialista em Direito Previdenciário, o transtorno do espectro autista é considerado uma deficiência para efeitos legais desde que foi instituída a Lei 12.764/2012.

"A partir daí, os benefícios previdenciários direcionados para as pessoas com deficiência se tornaram também um direito para as pessoas com autismo", explica ela.

O Brasil tem 2 milhões de pessoas com autismo

Há mais de 2 milhões de pessoas com autismo no Brasil que podem ter direito ao benefício, desde que atendidas algumas exigências, avisa a advogada.

"É preciso comprovar por meio de laudo médico - que pode ser do SUS ou particular - que a pessoa possui espectro autista, seja leve, moderado ou grave. Além disso, precisa ser comprovada a situação de impossibilidade de prover o próprio sustento ou de tê-lo provido por sua família", revela a advogada.

Muita gente pode considerar o valor do benefício baixo, mas ele pode variar de acordo com cada caso.

"Isso porque os tratamentos necessários para as pessoas com o espectro autista são extremamente caros. Por isso, o valor de renda mensal determinado em legislação pode ser variável", aponta ela.

O benefício não tem data para acabar

Tatiana explica que não existe uma data final para pagamento do benefício, já que como o autismo não é considerado doença, não existe cura. A solicitação deve ser feita pela central de atendimento do **INSS**

(135) ou via Meu **INSS**.

"Dessa forma, o benefício somente será cessado caso a situação da renda dos familiares se modifique", diz ela.

Atemte também para a possibilidade de o benefício ser negado. Isso pode acontecer muitas vezes por erro no julgamento do pedido ou pela falta de documentos necessários para a análise.

Nesses casos, há duas opções. A primeira é via recurso administrativo. "Nesse caso há poucas chances de mudar a decisão do **INSS**", diz.

E a segunda é via ação judicial, pela qual, segundo Tatiana, as chances são maiores em razão da liberdade que o juiz tem de analisar as situações caso a caso.

+ Os melhores conteúdos no seu e-mail gratuitamente. Escolha a sua Newsletter favorita do Terra. Clique aqui!

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-dia/pessoas-com-autismo-possuem-direito-a-beneficio-no-valor-de-um-salario-minimo,2de107a34a9754d95d8300f7bb65694afpu5uc5r.html>

13º salário: quando cai a 2ª parcela e como calcular o valor a receber?

Do UOL, em São Paulo

Quando será feito o pagamento da segunda parcela do 13º salário? Que descontos são feitos? Como você pode saber o valor?

VEJA ABAIXO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A 2ª PARCELA DO 13º

O pagamento deve ser até 20 de dezembro. O valor agora não é exatamente a metade, é menor, pois há descontos de **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e Imposto de Renda. Só têm direito ao 13º os trabalhadores com carteira assinada.

O desconto do **INSS** é feito da seguinte forma:

O desconto do IR também é por faixas, mas há uma dedução que diminui o valor do imposto. É assim:

EXEMPLO PRÁTICO PARA FAZER AS CONTAS

Veja uma simulação feita pelo Departamento de Cálculos do escritório Gasam Advogados Associados: um funcionário que ganha um salário bruto de R\$ 3.636 (três salários mínimos em 2022), já recebeu a primeira parcela, de R\$ 1.818, e não tem dependentes para o IR. Portanto, essa pessoa deve ganhar a segunda parte do pagamento, que seria de R\$ 1.818, sem descontos. Com descontos, fica assim:

Ou seja, o funcionário que recebe a remuneração de R\$ 3.636 tem de somar a retenção de cada faixa que cobre o seu salário, uma vez que a tabela é progressiva: R\$ 90,90 + R\$ 109,38 + R\$ 145,04. No total, o valor de descontos do **INSS** é de R\$ 345,32.

COMO FICAM OS DESCONTOS DO IMPOSTO DE RENDA

A conta do Imposto de Renda é a seguinte: o salário menos o valor do **INSS** multiplicado pela alíquota da faixa salarial menos a dedução.

No caso do trabalhador que tem um salário de R\$ 3.636, aplicam-se 15% da base de cálculo, que é composta do valor bruto menos o **INSS**. Após a aplicação da porcentagem da tabela, usa-se a dedução que corresponde aos 15% para finalizar o cálculo.

Portanto, a segunda parcela de R\$ 1.818, após os descontos de **INSS** (R\$ 345,32) e Imposto de Renda (R\$ 138,80), será de R\$ 1.333,88.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/12/13/13-salario-segunda-parcela-como-calcular.htm>

Reforma tributária que cobre mais dos ricos é o grande desafio de Haddad

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

Os motivos que levam o mercado a torcer o nariz para a indicação de Fernando Haddad ao Ministério da Fazenda são amplamente conhecidos.

De todos, o mais alardeado pela turma da Faria Lima é que, a mando de Lula, Haddad libere a ganância do governo, causando a disparada da **inflação** e o crescimento da dívida pública.

Mas é certamente na calibragem da urgentíssima **reforma tributária** que as credenciais de esquerda de Haddad mais incomodam.

Até porque o futuro ministro já afirmou que qualquer discussão sobre um novo arcabouço fiscal (ou seja, sobre os planos do governo para manter as contas no azul) depende justamente da aprovação da reforma - idealmente, no primeiro semestre de 2023.

Entre os economistas sérios, há consenso de que o sistema tributário brasileiro é muito regressivo - ou seja, pesa sobre os mais pobres e amacia para os mais ricos.

Isso se deve ao fato de que os **impostos** por aqui incidem mais sobre o consumo do que sobre a renda. Como os pobres gastam praticamente tudo o que ganham e não acumulam patrimônio, eles são proporcionalmente mais prejudicados.

O próprio Haddad já escreveu que, da década de 1960 para cá, o Brasil passou por dois choques tributários - o primeiro na ditadura militar e o segundo no Plano Real - baseados justamente na taxação do consumo.

Em ambos os casos, os resultados foram o mesmo: aumento da carga total de **impostos** e crescimento da concentração de renda .

É verdade que a carga tributária no Brasil é alta - em torno de 33% do **PIB**.

Também é inegável que o sistema é burocrático e incompreensível para os reles mortais, o que acaba alimentado a indústria do chamado planejamento tributário para driblar a legislação.

Mas o ponto principal é que o sistema é essencialmente injusto.

Como definiu em entrevista a esta coluna o professor Manoel Pires, da Fundação Getúlio Vargas, um dos grandes especialistas do país no tema, tem gente pagando mais do que precisa e gente evitando imposto .

Nessa discussão, não há cloroquina econômica. Não se trata de só taxar grandes fortunas ou de aumentar os **tributos** sobre herança e as alíquotas do imposto de renda .

Também não basta acabar com a polêmica isenção dos lucros e dividendos - como, aliás, o próprio Paulo Guedes tentou emplacar, sem sucesso.

Uma **reforma tributária** efetiva precisa combinar todos esses remédios, de forma a tornar o sistema mais progressivo. Assim, quanto mais rico a pessoa for, mais imposto ela precisará pagar .

Em geral, os críticos da progressividade repelem a ideia argumentando que isso pode promover uma fuga de capitais . De fato, encontrar o ponto ótimo da tributação é importante para evitar esse efeito colateral, que pode trazer prejuízos à economia do país.

Mas há fortes evidências de que, por aqui, ainda estamos a anos-luz de contar com um sistema que cobre o que deve dos ricos. Pelo contrário. Indo direto ao ponto: o Brasil é praticamente um paraíso fiscal para o andar de cima.

Haddad sabe que precisa romper com a política de tributação focada no consumo que se arrasta há mais de meio século.

Resta saber se o ministro terá o suficiente jogo de cintura para emplacar no Congresso Nacional uma reforma que combata a escandalosa concentração de renda do país.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2022/12/13/reforma-tributaria-que-cobre-mais-dos-ricos-e-o-grande-desafio-de-haddad.htm>

Após reação do mercado, Haddad diz que montará "equipe plural"

Após um dia de temor do mercado sobre os rumos da economia sob a condução do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), o ex-prefeito afirmou na noite desta segunda (12) que deve "compor uma equipe plural".

"Não quero uma escola de pensamento comandando a economia", disse Haddad, que deve anunciar parte dos nomes nesta terça (13).

As declarações vieram depois de forte baixa na Bolsa e alta do dólar e dos juros, provocada por temores de que o governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), adote uma política econômica intervencionista.

Um dos principais motivos para a preocupação do mercado foi a notícia de que o governo discute modificar a Lei das Estatais para permitir nomeações políticas, sobretudo a de Aloizio Mercadante para o BNDES e do senador petista Jean Paul Prates para a Petrobras.

Sem entrar em detalhes sobre quais áreas deverá anunciar ocupantes dos cargos, Haddad disse que quer misturar pessoas jovens e mais experientes, mas que ainda depende de algumas respostas dos convidados.

Como a Folha mostrou, são cotados para integrar a equipe de Haddad nomes como Guilherme Mello, que participou da elaboração do programa de governo e está no grupo de transição da economia. Gabriel Galípolo, ex-presidente do banco Fator e integrante do grupo de transição da infraestrutura, é cotado para secretário-executivo do Ministério (o que o tornaria o número dois da pasta).

Também estão na lista Marcos Cruz, que atuou na consultoria global McKinsey e foi secretário de Finanças de Haddad na Prefeitura de São Paulo; e Bernard Appy, ex-secretário na Fazenda nas gestões anteriores de Lula e especialista em tributação (e autor de uma das principais modelos de **reforma tributária** em discussão hoje no país).

Também são cotados Bernardo Guimarães, professor da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP) e Marco Bonomo, professor de finanças e economia monetária no Insper.

Guimarães é um macroeconomista reputado, doutor pela Universidade Yale, ex-professor da London School of Economics. Seu tema principal de estudo envolve o problema mais imediato do governo: equilíbrio duradouro das contas públicas, além de política monetária. Graduou-se em engenharia de produção pela USP, onde fez seu mestrado em economia. Começou a escrever uma coluna nesta Folha em novembro.

Bonomo graduou-se e fez mestrado em economia na PUC do Rio; doutorou-se na Universidade Princeton. Está bem cotado para ser secretário de Política Econômica. Guimarães poderia trabalhar com ele, embora seja citado também para um posto no Planejamento.

Ele disse que aguarda decisão do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sobre quem irá comandar a pasta do Planejamento. Segundo ele, decisões serão tomadas "com base em evidências, com boa ciência, bom senso".

Nesta terça, pela manhã, Haddad irá se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e à tarde, irá almoçar com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

O futuro ministro disse que não deve paralisar todos os projetos da gestão anterior. "O que for importante e aderente ao que a gente pensa, vamos tocar."

Haddad afirmou também que pretende criar uma espécie de conselho que reúna especialistas e antigos ocupantes do cargo. "Facilita no Congresso, na sociedade. A dimensão política da política econômica também é importante, você precisa aparar arestas, precisa tranquilizar o país, dar rumo para as coisas."

O futuro ministro também se esquivou de responder sobre a possibilidade de Mercadante ser indicado para o BNDES. "Isso é prerrogativa do presidente. Inclusive, é um banco de outro ministério, do Ministério de Desenvolvimento, não é Banco do Brasil, Caixa..."

Presidente da Fiesp, Josué Gomes é cotado para Ministério da Indústria de Lula

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do

Estado de São Paulo), Josué Gomes, cresceu na bolsa de apostas para comandar o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Filho de José Alencar, que foi vice de Lula em 2002, Para aliados de Josué, essa poderia ser uma saída honrosa para a crise que enfrenta dentro da federação. Por isso, o empresário estaria inclinado a aceitar o convite, dependendo da estrutura do novo ministério.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

24

Combustíveis: Bolsonaro estuda canetada para estender desoneração

IMPOSTO O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem sido aconselhado, de acordo com a coluna da jornalista Andreia Sadi, do gl, a usar sua "caneta bic" para atrapalhar o começo de gestão de Lula.

Nos últimos dias, cresceu nos bastidores da política a informação de que Bolsonaro pode dar uma canetada que promete dar muita dor de cabeça a Lula a partir de ls de janeiro de 2023: editar uma medida provisória para manter, em 2023, a isenção de **impostos** federais sobre os combustíveis, que terminaria neste ano.

A medida teria um impacto de R\$ 53 bilhões para os cofres da União. O valor equivale a cerca de 1/3 dos R\$ 145 bilhões da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que a equipe de Lula tenta ver aprovada no Congresso para cumprir promessas de campanha.

A retirada dos **impostos** sobre os combustíveis foi uma das ferramentas usadas por Bolsonaro para tentar se reeleger.

Segundo Sadi, o chamado "gabinete do ódio" - grupo de bolsonaristas radicais que assessora Bolsonaro - tem aconselhado o presidente a assinar qualquer documento que atrapalhe a transição, de forma a criar problemas para o futuro governo Lula. A estratégia é batizada de "operação caneta Bic".

Ontem, manifestantes que estavam no Palácio do Alvorada divulgaram vídeos nas redes sociais afirmando que a primeira-dama Michelle Bolsonaro teria enviado sanduíches e refrigerantes para eles se alimentarem. Segundo os manifestantes, o Alvorada, que é a residência oficial de Bolsonaro, teria sido aberto para que eles pudessem circular pelo local. Bolsonaristas fazem atos no local e nos arredores de quartéis do Exército para defender um golpe após a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra o atual presidente, no segundo turno.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Economia: a inflação no Brasil e no mundo (Artigo)

Carlos Caixeta

A **inflação** global é o resultado de vários fatores combinados, como a desestruturação das cadeias de produção, em razão da restrição de matérias-primas de vários setores e seu respectivo aumento de preços por causa da pandemia, e a guerra entre a Ucrânia e Rússia, que fez subir o preço dos combustíveis, gás, alimentos e outros insumos.

Durante a pandemia, o Banco Central Americano (Fed) e o Europeu também disponibilizaram bilhões de dólares e euros para ajudar empresas a reduzirem impactos negativos na economia, e esse excesso de liquidez igualmente contribuiu para a maior **inflação** nos Estados Unidos e Europa.

O relatório trimestral do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre as perspectivas da economia mundial reforça que o mundo enfrenta uma série de graves desafios, e as maiores inflações projetadas para 2022 serão a da Rússia (13,8%), Reino Unido (9,1%), Alemanha (8,5%), Estados Unidos (8,1%), Índia (6,9%) e França (5,8%). No entanto, a **inflação** estimada em 2022 para a China (2,2%) e Japão (2%) está entre as menores do mundo, em geral porque alguns países asiáticos conseguiram evitar "lockdowns" compulsórios, limitá-los em alcance e duração ou adiá-los.

Em razão disso, houve menos quedas bruscas no consumo de bens e serviços e mais estabilidade, pois variações menores na demanda significaram menores oscilações por parte da oferta e menores necessidades de rearranjos empresariais que envolvessem aumento dos salários, que, por sua vez, provocariam aumento dos custos operacionais e da demanda, pressionando adicionalmente a **inflação**.

O fato de os países asiáticos produzirem a maior parte dos materiais consumidos pelas cadeias produtivas globais foi fundamental para garantir que as suas próprias cadeias produtivas fossem beneficiadas, em detrimento do restante do mundo. No setor automobilístico, por exemplo, a Coreia do Sul e a China redirecionaram o fornecimento dos escassos semicondutores para as suas próprias indústrias produtoras, reduzindo os impactos inflacionários que seriam gerados pela carência dessas matérias-primas.

Com relação ao Brasil, o relatório Focus mais recente do Banco Central mostrou que a mediana das projeções do mercado para a **inflação** brasileira de 2022 está aproximadamente em 5,7%. Essa **inflação** brasileira para 2022 está entre as menores, atrás de países como Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido, Rússia, Índia e México.

No entanto, o Brasil não pode baixar a guarda, porque alguns estímulos fiscais para a queda da **inflação** são de curto prazo, os preços dos alimentos devem continuar pressionados em razão da guerra na Ucrânia e fenômenos climáticos e as cadeias globais de suprimentos ainda não se restabeleceram por completo. Mesmo tendo iniciado o efetivo combate à **inflação** em março de 2021, via aumento da taxa Selic, o contexto é preocupante e pede cautela, em razão do cenário externo que continua conturbado, da persistente pressão sobre os preços dos alimentos e combustíveis, do fim dos estímulos fiscais de curto prazo e da piora do quadro internacional.

De modo geral, o principal e amargo remédio para combater a **inflação** é o aumento dos juros básicos da economia, algo que o Brasil iniciou em março de 2021, como dito anteriormente, bem antes dos Estados Unidos e Europa. A estabilidade do real brasileiro frente ao dólar americano também contribuiu para a redução da pressão sobre a **inflação** ao deixar as matérias-primas importadas menos caras.

Complementarmente, o Brasil precisa promover a estabilidade institucional e o dinamismo econômico, zelando por boas relações entre os Poderes, respeito aos contratos, equilíbrio das relações de trabalho, desburocratização para as pequenas e médias empresas e melhoria da infraestrutura logística do país.

Ao gerar mais confiança e previsibilidade, essas iniciativas atraem investimentos produtivos internacionais e estimulam os investimentos nacionais, contribuindo para a estabilidade do câmbio, maior dinamismo econômico, maior contratação e redução do desemprego, aumento dos **impostos** arrecadados, aumento da produtividade e produção com ganhos para toda a sociedade.

Carlos Caixeta. Economista e associado do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>